A mulher profissional e o problema da identificação das filhas

ANNA IRMA CALLEGARI *
LUIZ PASQUALI **

1. Identificação; 2. Identificação sexual feminina; 3. Maternidade e profissão.

O presente trabalho visa apresentar a revisão bibliográfica que fundamentou teoricamente a pesquisa Mães profissionais e identificação das filhas, dos mesmos autores. O esquema conceitual foi abordado em três aspectos: a) identificação, conceito e origem do fenômeno; b) identificação sexual feminina; c) compatibilidade entre maternidade e trabalho profissional. Este enfoque téorico serviu de base para melhor definir o problema e a formulação das hipóteses de trabalho da pesquisa experimental. Não se tem, no entanto, a pretensão de ter esgotado a vasta literatura sobre os temas centrais do trabalho e somente serão referidos os pontos considerados imprescindíveis.

1. Identificação

1.1 *Definição do fenômeno*

O fenômeno identificação é muito complexo e discutido dentro da psicologia, tendo recebido uma série de definições diferentes dentro das várias teorias da personalidade.

O termo se originou da teoria psicanalítica e a grande maioria dos estudos sobre a identificação ainda parte deste enfoque.

As noções de identificação aparecem em vários trabalhos dentro da obra de Freud e o conceito foi gradualmente adquirindo relevância e valor central em sua obra. O termo é por ele mencionado já em 1896 como mecanismo de defesa nos sintomas histéricos. Refere-se a casos de agorafobia das pacientes. "É a repressão

* Do Juizado de Menores de Porto Alegre, RS.
** Da Universidade de Brasília.

do impulso de juntar-se com o primeiro que encontra na rua: a inveja da prostituta e a identificação com ela" (16, p. 747). Em 1897 utiliza o termo no sentido de "ser igual a" ou "de pertencer a" uma classe de pessoas, referindo-se à identificação com a mãe e com o papel das serventes (16, p. 761).

Freud, em 1921, fez uma revisão dos vários conceitos de identificação e este texto é considerado fundamental por muitos estudiosos, pela forma decisiva e sintética com que aborda o tema. Introduz o estudo desta forma: "A identificação é conhecida em psicanálise como a manifestação mais precoce de uma ligação afetiva a outra pessoa e desempenha um papel importante na pré-história do complexo de Édipo" (13, p. 1.159). O tema é abordado extensivamente, enfatizando que a identificação é, desde o início, ambivalente e pode manifestar-se como uma expressão carinhosa ou como um desejo de supressão. O próprio Freud resume o texto nos seguintes pontos: 1. a identificação é a forma primitiva da ligação afetiva a um objeto; 2. seguindo uma direção regressiva, converte-se em substituição de uma ligação libidinosa a um objeto, como por introjeção do objeto no ego; 3. pode surgir sempre que o sujeito descobre em si mesmo um traço comum com outra pessoa, que não é objeto de seus instintos sexuais (13, p. 1.160).

Freud menciona dois tipos de identificação: primária e secundária. A identificação primária é direta e imediata e é anterior a qualquer carga de objeto . . . as escolhas dos objetos recaem sobre o pai ou a mãe e assim intensificam a identificação primária. A identificação secundária se inicia após a criança ter feito distinção entre ele e o mundo objetal.

Os efeitos do complexo de Édipo são descritos em termos de identificações e a "identificação com o agressor" está relacionada com a hipótese edipiana e a formação do superego.

A. Freud (11) descreve a identificação com o agressor como mecanismo de defesa fundamental para a estrutura da personalidade. Segundo a hipótese da identificação com o agressor, a criança assume as características das pessoas que a ameaçam. "Ao personificar o agressor, ao assumir os seus atributos ou imitar a sua agressão, a criança transforma-se de pessoa ameaçada em pessoa que ameaça" (11, p. 125).

Dentro de seu esquema explicativo, A. Freud (12) considera os mecanismos do ego como promotores da socialização e os que atuam neste sentido são a imitação, a identificação e a introjeção, sendo a imitação o mais antigo e primitivo deles. Afirma ainda que "a criança, ao imitar as atitudes parentais, consegue ver-se no papel das figuras admiradas e poderosas, capazes de controlar as necessidades e impulsos" (12, p. 154) e "a identificação sucede a essas imitações probatórias a partir do período pré-edípico, desde que tenham tido resultados agradáveis" (12, p. 155). A introjeção da autoridade paterna é adicionada ao superego, durante e depois do período edípico.

Spitz (39) também faz largo uso da noção de identificação com o agressor. Para o autor, as primeiras identificações ocorrem entre 9 e 12 meses, quando a

criança começa a compreender as ordens e proibições. Imitará, no devido tempo, o movimento negativo. Este gesto significa um progresso e expressa um conteúdo ideativo. Ao obter este significado semântico, utiliza o mecanismo defensivo de identificação como função adaptativa. A imitação e a identificação com o gesto são uma das maiores contribuições da criança na formação das relações objetais. O "não" (gesto e palavra) é o laço de identificação com o objeto libidinal. O "não" é um artifício utilizado para expressar a agressão no mecanismo de defesa de identificação com o agressor.

Klein et alii (30) utiliza o termo identificação projetiva para explicar uma forma particular de identificação que estabelece o protótipo de uma relação bojetal agressiva. A identificação projetiva está vinculada à posição esquizo-paranóide: "A identificação projetiva consiste numa combinação da dissociação de partes do ego e da projeção das mesmas sobre outras pessoas" (30, p. 303). Esses mecanismos são de especial importância no processo das relações objetais.

Erikson (10) aborda o tema da identificação, dando ênfase ao contexto sociocultural. Para ele, identidade e identificação têm raízes comuns, tanto lingüística como psicologicamente. Afirma que "a identificação, como mecanismo, é de utilidade limitada. As crianças identificam-se com aqueles aspectos parciais das pessoas que de alguma forma as afetam, quer na realidade quer na fantasia. A identificação com os pais concentra-se em certas partes do corpo, capacidades e aparências funcionais supervalorizadas e mal compreendidas" (10, p. 159).

Erikson considera a introjeção, a identificação e a identidade como passos pelos quais o ego se desenvolve numa interação com os modelos existentes: "A introjeção depende, para sua integração, da mutualidade inicial satisfatória entre o adulto e a criança . . . As identificações infantis dependem da interação satisfatória da criança com os representantes idôneos de uma hierarquia de papéis proporcionada pela família" (10, p. 159). A formação da identidade começa onde a utilidade da identificação termina. Surge do repúdio seletivo e da nova assimilação de identificações infantis.

De acordo com o enfoque dado por Erikson, a identidade final, tal como é fixada no fim da adolescência, abrange todas as identificações significativas, mas as altera de modo a alcançar um todo coerente e razoável.

Os teóricos da aprendizagem social, por outro lado, explicam o fenômeno da identificação de forma variada e com conceitos diferentes dos autores da linha psicanalítica. Muitos destes autores da aprendizagem social reduzem o processo de identificação a um processo de imitação de modelos.

Mowrer (34), baseado em experiências, distingue dois tipos de identificação decorrentes de situações diferentes de frustração. A primeira é a identificação anaclítica; é a mais primitiva e surge de um sentimento de incapacidade e abandono. A ameaça da perda do objeto de amor faz com que a criança se identifique com ela a fim de ter presente o objeto gratificador. Outro tipo de identificação é a defensiva. A frustração surge a partir da interferência e da

punição. Diz Mowrer, textualmente: "A identificação de desenvolvimento (anaclítica) é uma experiência mais suave e simples do que a identificação defensiva que tem a natureza de uma crise violenta . . . A primeira presumivelmente envolve menor conflito e é fortalecida por pulsões biologicamente dadas (medo da perda do amor). Na última, conflitos e ansiedades são evidentes, pelos desconfortos (medo e punição) infligidos socialmente" (34, p. 592*s*).

Para Mowrer, como decorrência de sua hipótese, é necessário que o modelo adquira valor de reforço secundário para o imitador, através do estabelecimento de uma relação de dependência, na qual o primeiro aparece como mediador de reforços positivos.

Bandura et alii (1) considera imitação e identificação como sinônimos: "É a tendência de uma pessoa a assemelhar-se aos comportamentos, atitudes ou reações emocionais mostrados por modelos (1, p. 537).

Kagan (27) define a identificação como "uma resposta cognitiva adquirida através do modelo", asseverando que os vários fenômenos comportamentais que têm sido classificados como "identificação", diferem tanto em suas propriedades como nas motivações (27, p. 296). Ele apresenta quatro tipos desses comportamentos: 1. aprendizagem imitativa que se reduz a tentativa de imitar o modelo; 2. aprendizagem de proibição que se refere à adoção das proibições dos pais ou substitutos; 3. a identificação com o agressor na qual o sujeito adota comportamentos similares ao modelo agressivo ou ameaçador; 4. a identificação afetiva vicária, que se refere à experiência do afeto positivo ou negativo do sujeito relacionado com um acontecimento que ocorreu com o modelo.

Slater (38) faz distinção entre identificação pessoal e posicional. Na identificação pessoal, a criança se identifica com as características de valores e atitudes do modelo. É resultante do amor a admiração da criança pelos pais e do bom relacionamento entre eles. Na identificação posicional a criança se identifica com o papel do modelo para adquirir *status*. É uma aproximação com a identificação com o agressor, defendida por Sigmund e Anna Freud. Para Slater, este tipo de identificação é uma reação defensiva, resultante da frustração em relação ao amor e ao apoio dos pais.

Bronfenbrenner (6) faz uma revisão de algumas teorias de identificação, entre elas a freudiana. Na análise, o autor distingue três classes de fenômenos, aos quais se aplica o termo: 1. identificação como conduta, na qual o sujeito age da mesma maneira que o modelo; 2. identificação como motivo que se refere à disposição do sujeito em agir como o modelo; 3. identificação como um processo que se relaciona com as forças psicológicas que impele a criança a imitar o modelo.

Assim, apesar da complexidade do conceito e da variedade de enfoques dos diversos teóricos e investigadores, pode-se concluir que o fenômeno da identificação existe e, embora ele seja visto sob ângulos e nomes diversos, sempre exprime formas de modelagem ou identificação.

1.2 *Origem do fenômeno*

A identificação é um fenômeno autêntico e verificável, fazendo parte do processo de desenvolvimento e, portanto, da formação da personalidade. É mesmo constatação objetiva e geral dos estudiosos do assunto que a origem deste processo é o relacionamento mãe e filho, nos primeiros anos de vida, sendo este relacionamento considerado como base primordial para as diferentes formas de identificação posteriores.

Freud tratou do assunto inúmeras vezes. Apenas para citar algumas, em 1921 descreve a primitiva origem da identificação como "o desejo oral de devorar" e considera a "identificação como a manifestação mais precoce e primitiva de uma ligação afetiva com uma pessoa" (13, p. 1.159). Em outro local, em 1923, afirma que "os efeitos das primeiras identificações realizadas em idade precoce são sempre gerais e duradouros . . . e o ponto de partida é o seio materno" (13, p. 1.221*s*).

A importância das relações da criança com a mãe e, a seguir, com o pai, para uma boa identificação é tema de que se ocupa M. Klein em suas obras. No estudo sobre a "Vida emocional do bebê", coloca ênfase particular no tema relações objetais e "o seio materno tanto quanto é gratificador, também é amado" e expressa a idéia de que "os processos subentendidos na identificação projetiva já estejam ativos na relação primitiva com o seio" (29, p. 225).

A. Freud (11 e 12) também se preocupa com a identificação anaclítica e identificação com o agressor, afirmando que a "relação primordial mãe-filho atua nos processos de imitação e identificação (12, p. 75).

A inter-relação da díade, criança e atuação materna, é assunto amplamente analisado por Spitz (40) ao estudar o primeiro ano de vida do ser humano. "A mãe serve de intérprete de toda percepção, de toda ação e do todo conhecimento" (40, p. 23), como se a criança se visse refletida na face da mãe.

Mahler (32) destaca que o sentimento de identidade individual descansa sobre as sensações corporais e são as experiências corporais da amamentação as primeiras que intervêm no sentimento de identidade. Para Greenacre (18) a imagem do corpo é o primeiro esboço do sentido de identidade e o primeiro objeto de observação é a figura materna. Também Winnicott (41) enfatiza a idéia de que a mãe é necessária ao filho como pessoa viva, para que o bebê possa sentir o calor de sua pele, sua respiração e "é também necessária para apresentar o filho ao mundo" (41, p. 16). Erikson (10), por sua vez, sugere que "o sentimento de identidade nasce do encontro da pessoa materna com o bebê, um encontro de confiança e reconhecimento mútuo" (10, p. 105).

Entre os teóricos da aprendizagem social destacam-se Mowrer (34), que enfatiza a identificação anaclítica com uma visão semelhante à de Bronfenbrenner (6), Kagan (27), Maccoby (31), Carlson (7), Mussen & Parker (35), Heilbrun & Fromme (20), Hetherington & Frankie (21) e Bandura (2).

Estes enfoques mostram o papel preponderante que desempenha a figura materna no início do processo evolutivo da vida infantil, e que o contato epidérmico mãe e filho é tão importante e necessário como a própria respiração e alimentação para o bebê. Ressaltam ainda que a relação com o primeiro objeto é decisiva para o desenvolvimento da hetero ou homossexualidade.

A relação bipessoal é também importante porque facilitará o relacionamento com a figura paterna, possibilitando a identificação da menina com a mãe.

Assim, o desenvolvimento afetivo precede a qualquer outro desenvolvimento e funciona como condutor da ordem na formação das primeiras relações objetais, resultando em identificações estáveis e positivas.

2. Identificação sexual feminina

As formulações de Freud sobre o processo de identificação da menina, sua origem e evolução, partem dos estudos sobre o desenvolvimento psicossexual do menino. Afirma que este desenvolvimento, em ambos os sexos, coincide durante os primeiros anos, até a fase fálica.

Expõe, em síntese, a situação feminina da seguinte maneira: a menina passa, como a criança do sexo masculino, pela fase oral, anal, para entrar na fálica; também no sexo feminino se desenvolve um complexo de Édipo, um superego e um período de latência. Dizia Freud, em 1931, "também para a menina a mãe é o primeiro objeto amoroso. Porém, na situação do complexo de Édipo, o objeto amoroso é o pai ... e no curso normal da evolução acabará por encontrar o caminho que conduz do objeto paterno à escolha definitiva do objeto" (15, p. 842).

A dissolução da vinculação da menina à sua mãe se desenvolve sob o signo da hostilidade (15). A menina acusa a mãe que a privou do leite materno, da falta de carinho, ou se sente rejeitada pelo nascimento de um novo bebê. Ao verificar a diferença anatômica, depois de ter visto os órgãos genitais masculinos, sente-se gravemente prejudicada, deseja ter um pênis e sucumbe à "inveja do pênis". Assim, com a descoberta da falta do pênis, a mulher fica desvalorizada para a menina, o mesmo acontecendo com o menino e talvez com o homem (15, p. 847).

A identificação da mulher com sua mãe mostra dois estratos: um anterior ao complexo de Édipo, apoiado sobre a vinculação amorosa à mãe e tomando-a por modelo, e outro, posterior, baseado no complexo de Édipo que quer afastar a mãe e substituí-la ao lado do pai, e nenhum dos dois é suficientemente superado no decurso da evolução. A fase da vinculação amorosa à mãe, anterior ao complexo de Édipo, é decisiva e fundamental para o futuro da mulher; nela se prepara a aquisição daquelas qualidades com as quais atenderá ao seu papel na função sexual e cumprirá suas inestimáveis funções sociais. Adquirirá também atrativo para o homem.

O problema da identificação da menina com a mãe, ou seja, a identificação secundária, segue uma evolução mais sinuosa e difícil que a do menino. Por ressentimento, a menina abandona a mãe e a substitui em qualidade por outra pessoa: o pai (16, p. 430); e, na evolução normal, ao terminar o complexo edípico, a menina intensifica sua identificação com a mãe, firmando assim o caráter feminino (13, p. 1.222).

Melanie Klein parte das postulações de Freud sobre o desenvolvimento psicossexual da menina. Em 1928 diz: "Minhas observações não contradizem as do Professor Freud. O ponto essencial nas considerações que fiz é situar os processos das fases iniciais em época mais remota que Freud" (29, p. 58). A identificação da menina com a mãe é resultante dos impulsos edípicos; não existe, na menina, a angústia da castração como no menino e "a causa fundamental do afastamento da mãe é a privação do peito e não a inveja do pênis, como queria Freud" (29, p. 51).

A desvantagem que a menina encontra no desenvolvimento, em relação ao menino, é expressa assim: "o menino possui um pênis e com o qual entra em rivalidade com o pai. A menina pequena só tem um desejo insatisfeito: o de maternidade, e tem um conhecimento confuso e incerto sobre sua futura maternidade. Mas esta esperança é muito fraca e carregada de culpa, podendo prejudicar a capacidade maternal da mulher por causa das tendências destrutivas que dirigiu contra o corpo da mãe, contra as crianças no ventre, e a menina espera retribuição, na forma de destruição de sua própria capacidade de maternidade ... Isto também se relaciona com a constante preocupação da mulher por sua beleza. No impulso de embelezar-se e enfeitar-se, existe a idéia de reparar a beleza danificada, originando ansiedade e sentimento de culpa. Esta ansiedade e culpa são a causa principal da repressão dos sentimentos de orgulho e de alegria pelo papel feminino que, em geral, é muito intenso, trazendo também como conseqüência desprezo pela capacidade de maternidade altamente valorizada" (29, p. 53).

Entre os autores que favorecem o enfoque psicossocial estão Erikson e Knobel, que, embora partindo das premissas freudianas sobre o desenvolvimento da personalidade, dão um toque atual, com a preocupação de considerar também o aspecto social.

Erikson (9 e 10) apresenta uma teoria dinâmica. Em sua formulação sobre o ciclo vital, explica a epigênese da identificação e identidade, bem como todos os aspectos do desenvolvimento da personalidade. Coloca ênfase na relação intrínseca entre os estágios psicossociais e os estágios psicossexuais que constituem a base da teoria de Freud.

O desenvolvimento é explicado em oito estágios, sendo elemento fundamental para o desenvolvimento da personalidade sadia "o sentimento de confiança básica, resultante da relação recíproca entre mãe e filho" (10, p. 107).

No segundo estágio do desenvolvimento infantil se situa a fase psicossocial de previsão de papéis e, no fim do terceiro ano, uma fase que Erikson

chama de "aprendizagem intrusiva", caracterizada por atividades e fantasias semelhantes.

Após uma breve explicação da evolução psicossexual feminina em bases freudianas, Erikson acrescenta: "A menina volta-se para o pai no momento em que ela é pessoa muito diferente do que era quando dependia, primordialmente, da mãe. Ela aprendeu normalmente da mãe a natureza de uma 'relação objetal' de uma vez para sempre . . . a menina já aprendeu a confiar na mãe e não precisa reexaminar relações básicas. Ela pode desenvolver uma nova forma de amor, está ou devia estar pronta a responder à mulher nascente e provocante que há nela, filha. Surgirão desapontamentos, como em qualquer transferência saudável. As oportunidades das novas relações sobrepujar-se-ão aos velhos desapontamentos. Um dos desapontamentos da menina será a compreensão que nenhuma filha pode dar à luz filhos de seu pai. A própria existência do espaço interno produtivo expõe a mulher a um sentimento específico de solidão, a um medo que a deixem vazia ou privada de tesouros, que acabe definhando" (10, p. 278).

Deixando de lado a ampla explanação que Erikson faz sobre os estágios no desenvolvimento da personalidade, verifica-se que a contribuição dada por ele sobre a "feminilidade e espaço interno" é de relevante importância, porque permite um enfoque de potência vital interna da mulher. O autor questiona amplamente o tema, mas acaba enfatizando o interior produtivo "como uma realidade muito maior que o órgão externo que falta à mulher" (10, p. 269). E acrescenta: "Este enfoque permitiria uma mudança teórica da perda do órgão externo por um sentimento de potência interna vital; de um desprezo odiento pela mãe, para uma solidariedade com ela e com outras mulheres; de uma renúncia *passiva* da atividade masculina para uma exploração deliberada e competente das atividades consoantes com a posse de ovários, de um útero e de uma vagina; e de um prazer masoquista na dor, para uma capacidade de suportar a dor como um aspecto significativo da experiência humana em geral e do papel feminino em particular" (10, p. 276).

Knobel & Aberastury (23), seguindo uma abordagem psicanalítica, destacam também o aspecto do âmbito social e não só o aspecto psicobiológico no desenvolvimento da personalidade humana. Admitem que as primeiras identificações são com figuras parentais, porém não há dúvida alguma que o meio em que se vive determina novas possibilidades de identificação, futuras aceitações de identificações parciais e incorporação de uma grande quantidade de pautas socioculturais e econômicas.

A menina, ao elaborar sua situação edípica, pode aceitar a beleza de seus atributos femininos e também realizar-se no trabalho ou no estudo de uma maneira claramente feminina, aceitando que seu corpo não foi destruído nem esvaziado, podendo, então, identificar-se com os aspectos positivos da mãe.

Em estudos mais recentes, focalizadosdentro da corrente da aprendizagem social, Mussen & Rutherford (36) enfatizam que a feminilidade da menina depende de um bom relacionamento com uma mãe que a estime e com um pai que a

encoraje a responder à feminilidade nascente em sua filha. A família torna-se, assim, mais importante na socialização do papel sexual da menina que do menino. O papel do homem é bem definido e valorizado para o menino, recebendo assistência; o mesmo não ocorre com a menina. Concluem os autores que a desvalorização do papel da mulher e uma mãe em conflito com sua própria feminilidade, que a impossibilita de manter sua própria estima, são as causas da mãe se tornar para sua filha um modelo menos bem sucedido.

Favorecendo esta posição de que o papel masculino tem prestígio e é bem definido, se encontra uma revisão de pesquisas realizadas por Lynn (26). As idéias deste autor se assentam em certo sentido na teoria falocêntrica. Para ele, a sociedade exerce uma série de pressões sobre o menino no sentido de fazê-lo mudar de objeto de identificação, mas não se preocupa em indicar nitidamente para a menina o seu papel. Nela persiste, ao lado de uma valorização do papel do homem, maior flexibilidade na aceitação de comportamentos "masculinos". A menina, identificada no início com a mãe, jogada em um mundo social masculinizante, está insegura sobre qual é realmente o seu papel de menina.

3. Maternidade e profissão

Investigações teóricas e práticas de estudiosos sobre a ciência do comportamento têm-se preocupado com os efeitos que o trabalho da mãe fora do lar produz na identificação da filha.

Afirmam determinados autores, entre os quais alguns da linha psicanalítica, que a mulher moderna está perdendo sua feminilidade em face da mudança de sua posição familiar e social.

Deutsch (8), por exemplo, estudando os problemas da psicologia feminina, enfoca também o problema da feminilidade e, referindo-se à mulher maternal "ativa", diz: "Poder-se-ia deduzir, sem assegurar, que a acentuada atividade sempre se desenvolve às expensas dos outros elementos da feminilidade" (8, p. 265). Donde se observar que a mulher, após cada sucesso obtido na atividade profissional, em vez de se sentir satisfeita e realizada, é atormentada por sentimentos de culpa. Afirma que "a intelectualidade da mulher é paga pela perda das qualidades femininas de grande valor e se alimenta da seiva da vida afetiva, dando lugar a um empobrecimento desta vida como um todo, ou em suas qualidades afetivas específicas; . . . todo o relacionado à exploração e conhecimento, todas as formas e tipos de aspiração cultural humanos, são, com poucas exceções, domínio da inteligência masculina, da força espiritual do homem, com a qual a mulher não pode competir. Todas as observações indicam o fato de que a mulher intelectual está masculinizada; nela, o cálido conhecimento intuitivo cede lugar ao pensamento frio e improdutivo" (8, p. 269).

Posição semelhante é defendida por Klein & Riviere (28) quando afirma que a inveja que as mulheres experimentam dos homens tem relação com seus

variados tipos de "potência" na vida, entre os quais sua força física e seus poderes intelectuais.

Lundberg & Farnham (25) chegam mesmo a defender a incompatibilidade entre maternidade e trabalho profissional. As mulheres ao buscarem a igualdade com os homens perdem suas qualidades femininas, que são a receptividade e a passividade, a disposição para aceitar a dependência sem temor e ressentimento, o desejo e a preparação para o objetivo final da vida sexual, a fecundação. É que as novas ocupações exigem das mulheres qualidades inteiramente opostas à experiência de uma satisfação feminina. Devem adquirir traços agressivos e dominadores, independência e poder que lhe permitem triunfar como iguais no mundo de negócios, profissões ... mas suas necessidades básicas de amor e maternidade deixam de se manifestar e enfrentam seu papel fundamental de esposa e mãe com atitudes em conflito (25, p. 46*s*).

Langer (24) se preocupa com o estudo da maternidade e indaga se a atividade profissional da mulher não serve de obstáculo para a realização de seus instintos maternais. Analisa o conflito atual da mulher que, se de um lado adquiriu uma liberdade sexual e social, por outro, circunstâncias culturais e econômicas impõem sérias restrições à maternidade. Admite certa "maleabilidade do ser humano" sugerida por Mead (33), mas coloca limitação e salienta que a mulher que não conseguir se realizar como mãe se sentirá, no fundo de seu ser, como se tivesse desperdiçado parte de si mesma. Assim, esta frustração repercutirá desfavoravelmente no desenvolvimento psicológico dos filhos.

Por outro lado, ainda que se encontrem pontos comuns com a precedente, Bonaparte (5) desenvolve a idéia que "a mulher não deve renunciar a toda atividade social e intelectual para saber adaptar melhor seu organismo à função erótica, nem para estar verdadeiramente satisfeita como mulher e como mãe em suas relações com os homens" (5, p. 180).

Entretanto, entre os autores psicanalistas da linha cultural, acentua-se uma dimensão menos conflitiva entre maternidade e trabalho profissional. Erikson (10), por exemplo, aponta possibilidades de conciliação entre as inclinações biologicamente dadas à mulher e as oportunidades que a técnica oferece nas áreas profissionais. Explica que "o soma feminino, princípio do organismo no seu ciclo vital, inclui também um agente mediador genético e sócio-genético, mediante o qual cria, em cada criança, a base somática para sua identidade física, cultural e individual. Esta é tarefa da mulher ... O mundo moderno lhe oferece possibilidades de escolher, planejar ou renunciar às suas tarefas somáticas. Pode e deve tomar decisões como cidadã e trabalhadora e como indivíduo" (10, p. 291). As mulheres compartilham com os homens de uma estreita identidade de orientação intelectual e de uma capacidade de trabalho e liderança, mas devem refletir os fatos do "espaço interno" e as potencialidades e necessidades da psique feminina. E conclui: "A minha tese é que quando os confinamentos forem eliminados, a mulher poderá, em novas áreas de atividades, equilibrar o esforço indiscriminado do homem na conquista do espaço externo e da tecnologia." O autor prevê

dificuldades e a necessidade de novos ajustamentos." Esta nova forma de adaptação fortalece a humanidade de tal forma que os filhos também sentirão o efeito, mesmo que estes ajustamentos sejam exigidos na espera da maternidade" (10, p. 293).

Investigações realizadas por Hartley (19) mostram que as crianças consideram o trabalho da mãe como uma extensão de suas responsabilidades tradicionais. Enfatiza que se a mulher trabalhasse não só para aumentar o bem-estar da família, mas também para uma realização pessoal, de satisfação e auto-estima, ocorreria uma real revolução. O autor descobriu que as crianças de mães que trabalham tendem a considerá-las como apreciadoras do trabalho e antecipam atitude similar quando elas crescem.

Apoiando esta posição, Hoffmann (22) sugere que mães que trabalham são mais carinhosas, mais prestativas, tolerantes e suaves, mais descansadas e satisfeitas consigo próprias como pessoas do que as mulheres que não trabalham. Elas são bem sucedidas nas tradicionais responsabilidades maternas e como participantes ativas na economia.

Para Bardwick (3) a mulher que trabalha é o mais provável modelo para uma identificação pessoal da filha, facilitando-lhe a assimilação de valores, de qualidades e ideais. Se a mulher é bem sucedida nas suas responsabilidades básicas, a participação em um trabalho não significa um profundo conflito quanto ao seu papel. O conflito é apenas pragmático, a responsabilidade tradicional da mulher precisa ser dividida com os outros membros da família. E acrescenta: "se a mulher está satisfeita com seu trabalho, se este não lhe faz exigências ilimitadas e desde que ela não procure poder econômico ou grande sucesso monetário e sem altas aspirações, não se vê realmente uma reversão radical no papel de cada sexo" (3, p. 147). As garotas de classe média são orientadas para realização, mas isto não indica rejeição da feminilidade. Assegura que em sua experiência com jovens universitárias, estas rejeitavam o papel tradicional de suas mães e que as próprias mães participavam deste ponto de vista e concordavam com suas filhas.

Resultados semelhantes sobre a auto-estima são relatados por Baruch (4) que estudou a auto-estima feminina, níveis de competência e desempenho de papel materno. A experiência mostrou que a preferência materna por uma profissão teve um efeito positivo na auto-estima e não o emprego da mão. Comenta, porém, que a obtenção e manutenção de alto nível é tarefa mais difícil e complexa para as mulheres que para os homens. As mulheres se subestimam a si próprias em muitas áreas e em suas habilidades, quando comparadas com os homens. Suas desvalorizações são mais chamativas e surpreendentes em relação aos níveis de competência que elas associam com masculinidade. Para as mulheres o papel *standard* tradicional do sexo feminino tem ainda aspecto significativo, não podendo conciliar os traços de competência, tais como ambição, competição e agressão. Sugere que a descoberta da auto-estima e competência das filhas de mães que não trabalham mas desejam uma profissão, pode ser reflexo indireto de dificuldades, conflitos e dúvida que muitas mães que trabalham ainda experimentam.

Estudando a identificação sexual das filhas, Pasquali & Callegari (37) mostraram que ela não depende da atividade da mãe, seja dentro ou fora do lar, mas sim da atitude que a mãe assume em relação ao seu trabalho. Uma mãe satisfeita com o que faz, seja no lar ou fora dele, é melhor modelo para identificação das filhas do que uma mãe descontente, tanto dona-de-casa quanto profissional.

A análise dos pontos de vista e das descobertas dos autores apresentados, permite concluir que:

1. Barreiras sociais e psicológicas para a realização e exercício de habilidades profissionais da mulher podem ser vistas como prejudiciais para o desenvolvimento sadio das meninas, filhas de mães que trabalham fora do lar.
2. Igualdade social da mulher será benéfica se ela conseguir ao mesmo tempo desenvolver sua feminilidade e sua tendência maternal.
3. Na cultura atual o papel da mulher que trabalha também é valorizado.
4. Mães realizadas como mulheres e como profissionais são, em geral, mais acessíveis às suas filhas, são suas confidentes e tendem a facilitar o desenvolvimento da filha no seu papel feminino.
5. A auto-estima da mulher em seu papel materno e profissional é significativa para a filha, favorecendo identificação positiva e tangível dentro da realidade social.
6. A identificação adequada com a figura materna também depende do apoio dado pela mãe à filha e da segurança que a mulher tem na adequação dos dois papéis, maternidade e trabalho profissional.

O assunto é de relevância para a sociedade atual e ainda há muita discussão sobre a posição social da mulher no mundo moderno.

Investigações de estudiosos no assunto verificaram que a mulher que trabalha é o modelo mais provável de identificação da filha, se ela consegue conciliar o seu papel de mãe e de profissional. A satisfação e o contentamento da mulher como mãe e como profissional possibilita o processo de desenvolvimento do papel feminino da filha sem causar-lhe conflito. A adequação dos dois papéis, maternidade e trabalho fora do lar, tem efeitos positivos na identificação da filha com a figura materna, quando a mulher está satisfeita consigo mesmo como mãe e com o seu trabalho.

A aceitação otimista conota antes de tudo o prazer na maternidade, no amor e na responsabilidade pelos filhos. Naturalmente, estes efeitos repercutem de modo especial na menina, porque a mãe satisfeita com seu trabalho e consigo mesma é modelo de identificação mais seguro para a filha.

Referências bibliográficas

1. Bandura, A.; Ross, D. & Ross, S. A. A comparative test of the status envy, social power, and secondary reinforcement theories of identificatory learning. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, n. 67, p. 534-7, 1963.

2. _____. *Psychological modeling: conflicting theories.* Chicago, Aldine, 1971.

3. Bardwick, J. M. *Psychology of women.* New York, Harper & Row, 1971.

4. Baruch, C. K. Feminine self-esteem, self-patings of competence, and maternal career commitment. *Journal of Couseling Psychology*, v. 20, n. 5, p. 487-8, 1973.

5. Bonaparte, M. *La sexualidad de la mujer.* Buenos Aires, Paidós, 1961.

6. Bronfenbrenner, V. Freudian theories of identification and their derivates. *Child Development*, n. 31, p. 18-40, 1960.

7. Carlson, R. Identification and personality structure in pre-adolescents. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, v. 67, n. 6, p. 566-73, 1963.

8. Deutsch, H. *La psicología de la mujer.* Buenos Aires, Losada, 1952. 2 v.

9. Erikson, E. H. *Infância e sociedade.* Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

10. _____. *Identidade, juventude e crise.* Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

11. Freud, A. *O ego e os mecanismos de defesa.* Rio de Janeiro, Bibl. Universal Popular, 1968.

12. _____. *Infância normal e patológica.* Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

13. Freud, S. Psicología de las masas. In: *Obras completas.* Madrid, Bibl. Nueva, 1948. v. 1.

14. _____. El "yo", el "ello". In: *Obras completas.* Madrid, Bibl. Nueva, 1948. v. 1.

15. _____. La feminidad. In: *Obras completas.* Madrid, Bibl. Nueva, 1948.

16. _____. Esquema del psicoanálisis. In: *Obras completas.* Madrid, Ed. Bibl. Nueva, 1968. v. 3.

17. _____. Los origenes del psicoanálisis. In: *Obras completas.* Madrid, Bibl. Nueva, 1968. v. 3.

18. Greenacre, P. Early psysical determinants in the development of the sense of identity. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, v. 4, n. 4, 1958.

19. Hartley, R. E. Children's concepts of male and female roles. *Merrill-Palmer Quart.*, n. 6, p. 83-91, 1959-1960.

20. Heilbrun, B. H. Jr. & Fromme, D. R. Parental identification of adjustment: the importance of parental model, attributes ordinal position and sex of the child. *Journal of Genetic Psychology*, n. 107, p. 49-59, 1965.

21. Hetherington, E. M. & Frankie, G. Effects of parental dominance, warmth, and conflict on imitation in children. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 6, n. 2, p. 119-25, 1967.

22. Hoffmann, L. W. Effects of maternal employment on the child. *Child Development*, n. 32, p. 187-197, 1961.

23. Knobel, M. & Aberastury, A. *La adolescencia normal.* Buenos Aires, Paidós, 1971.

24. Langer, M. *Maternidad y sexo.* Buenos Aires, Paidós, 1964.

25. Lundberg, F. & Farnham, N. Modern woman: the lost sex. In: Schur, E. *El problema de la mujer.* Buenos Aires, Paidós, 1968.

26. Lynn, D. B. A note on sex differences in the development of masculine and feminine identification. *Psychological Review*, v. 66, n. 2, p. 126-35, 1959.

27. Kagan, J. The concept of identification. *Psychological Review*, v. 65, n. 5, p. 296-305, 1958.

28. Klein, M. & Riviere, J. *Amor, ódio e reparação*. Rio de Janeiro, Imago, 1970.

29. Klein, M. Estadios tempranos del conflicto edípico, 1928. In: *Psicoanálisis del desarrollo temprano*. Buenos Aires, Paidós, 1971.

30. _____ et alii. *Nuevas direcciones en psicoanálisis*. Buenos Aires, Paidós, 1965.

31. Maccoby, E. E. Role-taking in childhood and its consequences for social learning. *Child Development*, n. 30, p. 239-52, 1959.

32. Mahler, M. S. Autism and symbiosis, two extreme disturbances of identity. *Int. Journ. of Psych.*, n. 39, p. 2-4, 1958.

33. Mead, M. *Sexo y temperamento*. 2. ed., Buenos Aires, Paidós, 1961.

34. Mowrer, O. H. *Learning theory and personality dynamics*. New York, Ronald Press, 1950.

35. Mussen, P. H. & Parker, A. L. Mother nurturance and girls incidental imitative learning. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 2, n. 1, p. 94-7, 1965.

36. Mussen, P. H. & Rutherford, E. Parent-child relations and parental personality in relation to young children's sex role preferences. *Child Development*, n. 34, p. 589-607, 1963.

37. Pasquali, L. & Callegari, A. I. *Mães profissionais e identificação das filhas*. 1977. No prelo.

38. Slater, P. E. Toward a dualistic theory of identification. *Merrill – Palmer – Quart.*, v. 7, n. 2, p. 113, 1961.

39. Spitz, R. A. *No y si; sobre la génesis de la comunicación humana*. 2. ed., Buenos Aires, Hormé, 1960.

40. _____. *El primer año de vida del niño; génesis de las relaciones objetales*. Madrid, Aguilar, 1972.

41. Winnicott, D. W. *La familia y el desarrollo del individuo*. Buenos Aires, Paidós, 1967.

SE VOCÊ ACHA QUE SABE TUDO SOBRE PSICOLOGIA, NÃO DEVE ASSINAR ABPA.

ABPA* destina-se aos profissionais de psicologia que desejam estar bem informados.
Em suas páginas, o leitor encontra sempre novas questões. ABPA publica artigos e comentários atuais sobre temas psicológicos e informa sobre tudo que se publica na área da psicologia. Não assine ABPA se você não deseja questionar seus conhecimentos.

***Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada (diga ABPA)**